



## ASSOCIAÇÃO CEARENSE FIRMA PARCERIAS PARA TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL SOCIETY

Na terra do sol tem muitos atrativos turísticos e culturais para quem vem a passeio, trabalho ou eventos. É impossível ir a Fortaleza e não curtir o sol e a brisa próprios da terrinha. Por isso, pensando em oferecer as melhores programações aos participantes do XVI Torneio Nacional de Futebol Society do MP, que acontece de 2 a 5 de novembro, a Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) firmou parceria com restaurantes, parque aquático e teatro.

O desconto exclusivo do Beach Park garante aos participantes o acesso no valor de R\$ 140,00 por cada ingresso. Para usufruir do benefício, é necessário adquirir o ingresso durante o Torneio, uma vez que o desconto não

será oferecido para compras realizadas antecipadamente.

O Colosso Lake Lounge, um bar a céu aberto, à beira de lago, oferece pizzas, comida grega e drinques, além de praia, música e wakeboard. Os atletas e acompanhantes terão 10% de desconto no restaurante e 25% nas atividades esportivas. Já os restaurantes Sal e Brasa e Faustino garantem 15% de desconto nas refeições.

Para quem quer aproveitar o melhor do humor cearense, o Complexo Crocobeach, localizado na Praia do Futuro, oferecerá preço diferenciado no ingresso, que custará R\$ 10,00 para o show de humor, com direito a voucher de Welcome Drink.

A história do Ceará poderá ser conferida no musical “Ceará Show”. Os ingressos serão

vendidos na Cidade Vozão, onde acontecerá o Torneio, com o valor promocional de R\$ 35,00, equivalente a meia entrada.

### **Beach Park**

**Benefício:** Ingresso no valor de R\$ 140,00

**Onde comprar:** Na Cidade Vozão, durante o Torneio

### **Colosso Lake Lounge**

**Benefício:** 10% de desconto no restaurante e 25% nas atividades esportivas

### **Restaurante Sal e Brasa**

**Benefício:** 15% de desconto nas refeições

### **Restaurante Faustino**

**Benefício:** 15% de desconto nas refeições

### **Complexo Crocobeach**

**Benefício:** Ingresso no valor de R\$ 10,00 para o show de humor, com direito a voucher de Welcome Drink

### **Ceará Show**

**Benefício:** Ingressos no valor de R\$ 35,00, equivalente a meia entrada



## PRIMEIRA INFÂNCIA É TEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO PLENÁRIO DA CÂMARA

Nesta quinta-feira (19), o plenário da Câmara se transformou em comissão geral para debater sobre as políticas públicas para a primeira infância, fase que vai do nascimento até os seis anos de idade da criança. A iniciativa foi da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), apoiada por mais 30 parlamentares.

O tesoureiro da entidade, Marcelo de Oliveira, participou da mesa de debates e integrantes do conselho deliberativo acompanharam a audiência.

Durante a sessão, Marcelo citou algumas dificuldades que ocorrem nos hospitais e creches dos municípios. “Se durante 5 e 6 anos não conseguimos atender o ensino infantil, não conseguiremos nas creches. Existem as que são espaços de educação, que inclusive ainda faltam muitas e existem as creches como entidade de acolhimento, feito muitas vezes por uma mãe que não trabalha”.

Marcelo disse também que está a disposição para discutir toda a problemática existente nes-

sa área, para garantir uma sociedade justa e solidaria.

O objetivo da comissão é dar mais visibilidade e envolver toda a sociedade no assunto, principalmente no atendimento à saúde e implantação de creches.

Em 2016, foi sancionado o Estatuto da Primeira Infância (13.257/16), que prevê um conjunto de ações voltadas à promoção do desenvolvimento infantil, desde a concepção até os seis anos de idade.

## CONAMP PEDE VETO À MEDIDA QUE ALTERA A LEI MARIA DA PENHA

A presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, enviou na última segunda-feira (16) ofício ao presidente da República, Michel Temer, pedindo veto parcial ao projeto que altera a Lei Maria da

Penha (PLC 07/16) e permite ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência às mulheres, uma prerrogativa que hoje é exclusiva dos juízes.

No documento, a CONAMP

afirma que a proposta é inconstitucional e fere o princípio de reserva de jurisdição ao transferir da esfera judicial para a esfera policial a restrição de direitos fundamentais sensíveis.